

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.810 - MG (2019/0189030-2)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : SILMARA DOS SANTOS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por SILMARA DOS SANTOS SILVA, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante delito em 10/05/2019 juntamente com outro agente e posteriormente denunciada pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 155, §4º, IV e 329, 331 e 163, parágrafo único, III, todos do CP (fl. 54).

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente. O eg. Tribunal de origem denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado:

"HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO - DESOEDIÊNCIA - DESACATO - DANO QUALIFICADO - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CPP - GRAVIDADE CONCRETA- CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO ENSEJAM, POR SI SÓS, A REVOGAÇÃO DA CONSTRIÇÃO - CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR - INVIABILIDADE - NECESSIDADE DE ANÁLISE PORMENORIZADA DAS CIRCUNSTÂNCIAS DOS DELITOS, NOS TERMOS DO HC 143.641-SP - GRAVIDADE DOS FATOS PERPETRADOS PELA PACIENTE - NECESSIDADE DA CONSTRIÇÃO - SUPERLOTAÇÃO DO PRESÍDIO NO QUAL A PACIENTE ESTÁ ACAUTELADA - SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O INDIVIDUAL - ORDEM DENEGADA" (fl. 97).

Daí o presente recurso ordinário, no qual alega a recorrente que ausentes os requisitos essenciais à decretação da prisão.

Argumenta a possibilidade da prisão domiciliar.

Superior Tribunal de Justiça

Pondera a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer a revogação da prisão preventiva.

Liminar indeferida às fls. 129-132.

O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 141-144, **pela prejudicialidade do recurso**, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.
PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA.
ALVARÁ DE SOLTURA. PREJUDICIALIDADE.*

1. Com a prolação de sentença condenatória e expedição de alvará de soltura em favor da recorrente, esvazia-se o objeto do habeas corpus que pretende a concessão de liberdade provisória.

2. Parecer pela declaração de prejudicialidade do apelo ordinário" (fl. 141).

É o relatório. **Decido.**

O pedido está prejudicado.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal **a quo** (www.tjmg.jus.br) verifico que o Juiz da Comarca Criminal de Pirapora/MG, em 03/07/2019, expediu alvará de soltura em favor da recorrente

Nesse contexto, verifico que o presente recurso perdeu o objeto, uma vez que já atendida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo o presente recurso em habeas corpus prejudicado.**

P.I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator